

ABOLIÇÃO

“À volta do Centenário da Abolição foi produzida numerosa bibliografia sobre escravismo e sobre a abolição, o que de um lado significou enriquecimento do conhecimento que dispúnhamos sobre esses temas, e de outro levantou uma série de questões. Em sua opinião nessa historiografia mais recente, quais os avanços, impasses e projeções que se pode reconhecer em termos de fontes, temas, teorias, métodos e novos problemas?”

Clóvis Moura

(Sociólogo, autor de *Rebeliões da senzala, O Negro: de bom escravo a mau cidadão?, Sociologia do Negro Brasileiro e Os quilombos e a rebelião Negra*)

Terminado o ano que marcou a passagem do centenário de trabalho livre no Brasil, além das comemorações, festas, festivais, discursos oficiais e oficiosos, verbas de estímulo à pesquisa sobre a data e outras indefectíveis provas da nossa falta de imaginação cultural, cabe a necessidade de, não direi um balanço, mas de uma aproximação do que foi a produção cultural e política nesse período em que transcorreu o centenário.

Esperava-se uma grande ebulição, uma efervescência, uma curiosidade permanente e crítica quer da comunidade negra, quer de outras entidades ou instituições produtoras da cultura. No entanto, para nós, mais uma vez a intervenção oficial e burocrática arrefeceu quase todas as iniciativas independentes, somente circulando prestigiadas ou respaldadas institucionalmente aquelas produções que saíam via veículos governamentais, ou através das universidades. Esperava-se um fluxo de trabalhos e de pesquisas que não apenas pelo seu aspecto quantitativo, mas pela

sua posição epistemológica servisse como ferramenta de conhecimento e *práxis* social para maior e melhor conhecimento da situação social do negro brasileiro, e, a partir daí, se pudessem estabelecer propostas científicas de mudança dos seus diversos níveis de desajustes.

Tal não aconteceu, infelizmente. Podemos dizer que a esmagadora maioria dessa produção comemorativa colocou-se como se o negro fosse cobaia. Isto porque estabeleceu-se um pacto implícito segundo o qual as editoras somente publicariam as monocórdias dissertações de mestrado, ou a produção de alguns brasilianistas já conhecidos. O que se viu foi um tipo de produção privilegiado e unilateral. A grande produção de intelectuais negros ou independentes, os estudos feitos no corpo-a-corpo com a realidade vivida pelos seus protagonistas, tudo isso foi rejeitado por não haver passado pelo crivo linear do julgamento acadêmico.

No entanto, acreditamos que esse centenário deveria proporcionar no nível de divulgação e de dinâmica política o que os negros estão pensando sobre si mesmos,



a auto-análise que estão fazendo neste momento, o seu nível de consciência étnica e sua maneira de expressão, demonstrados através de poemas, contos, ensaios, pinturas, música e outras manifestações culturais, sem jamais aceitarem o geométrico e acadêmico da cultura dominante. Seria uma pletera criadora e de libertação para se poder fazer uma avaliação daquilo que o negro brasileiro está pensando e criando.

Isto não aconteceu. Para nós foi mais um marco comemorativo de uma data oficial. No próprio *Escravidão — Congresso Internacional*, realizado de 7 a 11 de junho, apesar do seu colossalismo quantitativo e do número de participantes, os negros ficaram nas suas franjas, ao ponto de um militante do *Movimento Negro Unificado* dizer que eles ocuparam apenas os *espaços consentidos*.

Não queremos dizer que tudo foi negativo. No aluvião dessa literatura feita para marcar créditos acadêmicos alguma coisa sobrou. Por exemplo, um trabalho modelar *Os Arturos — Negras raízes mineiras*, de autoria de Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira, uma compacta monografia sobre essa comunidade negra, feita não como os antigos estudos de comunidades, mas com a

participação, a empatia e a paixão dos seus autores pelo tema. Outro trabalho que pode ser mencionado como uma contribuição acadêmica válida é *O Feitor Ausente*, de Lelia Menzan Algranti, onde o estudo do escravo urbano é realizado com capacidade de análise invulgar. Na linha de revisão epistemológica da nossa historiografia devemos salientar o livro de Luís Carlos Lopes *O Espelho e a Imagem*.

Uma entidade que contribuiu positivamente no âmbito do centenário foi, incontestavelmente, a *Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, de Recife. Não pela sua produção, mas pela iniciativa de reeditar livros raros, indispensáveis para quem estuda o negro brasileiro. Editou pela primeira vez *A Escravidão*, livro da juventude de Nabuco, assim como a *Campanha Abolicionista no Recife*, do mesmo autor. Reeditou também *A Agricultura Nacional e Propaganda Abolicionista e Democrática*, de André Rebouças. Reeditou os *Estudos Afro-brasileiros* e *Novos Estudos Afro-brasileiros*, que constituem os anais do 1º Congresso Afro-brasileiro realizado em 1935. Publicou a edição fac-similar do jornal *O Abolicionista*, dirigido por Nabuco, além de obras clássicas esgotadas como *O Negro Brasileiro*, de Artur Ramos e *Henrique Dias*, de João Antônio Gonçalves de Mello.

José Ramos Tinhorão contribuiu com um pequeno mas excelente livro, válido pelo nível da pesquisa que realizou em arquivos portugueses: *Os Sons dos Negros no Brasil*, obra que, apesar de seu pequeno volume abre novas perspectivas para se entender as origens e a função social de algumas músicas afro no contexto brasileiro.

Na poesia, no teatro e no romance quase nada. Os negros, apesar de todas as dificuldades, e sem nenhum recurso ou auxílio oficial, editaram os *Cadernos Negros*, realizaram mesas-redondas, debates internos, discussões sobre a participação política do negro e imprimiram diversos jornais alternativos de vida efêmera. Mas, infelizmente, neste centenário da Abolição a sua voz não foi ouvida suficientemente como

agente cultural, porque os espaços da cultura dominante ainda não lhe dão acústica. Foi mais uma promoção editorial dos brancos que venderam a mercadoria produzida — que era o negro — em embalagens de luxo, tipo exportação.

A produção cultural dos negros, boa ou má através dos critérios geométricos dos padrões acadêmicos continua nas gavetas, esperando por outro 13 de maio, quando ela virá a público sem o condicionamento de ser mercadoria ou objeto de estudo para satisfazer níveis de prestígio pessoal ou curricular. Essa produção silenciosa precisa vir à luz espontaneamente, com toda a força que possui para que a nação brasileira não continue sendo cultural, social e etnicamente uma nação inconclusa.

Maria Helena P. Toledo Machado

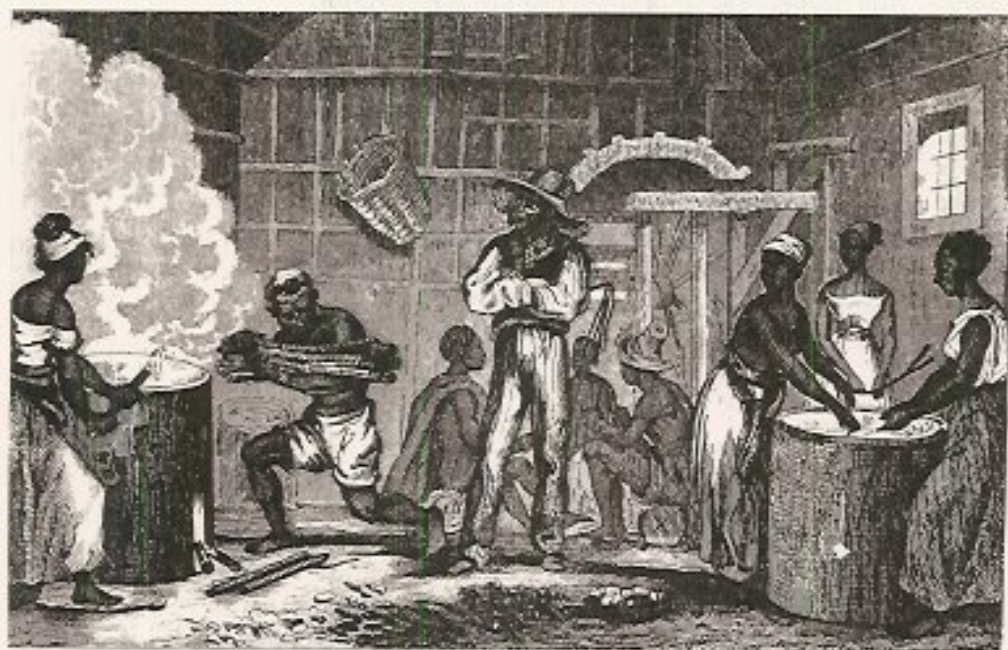
O Centenário da Abolição marcou um momento importante na historiografia brasileira pois colocou em relevo um tema central ao estudo da conformação da sociedade brasileira. Do ponto de vista acadêmico, o saldo foi extremamente positivo: surgiram numerosas publicações — entre monografias originais, reedições de clássicos, coletâneas de textos e números especiais de revistas — e foram realizados diversos congressos e simpósios de alto nível, com a participação dos mais importantes especialistas no assunto, nacionais e estrangeiros. Enfim, foi amplamente demonstrado que o estudo da escravidão representa uma das áreas mais dinâmicas e inovadoras da historiografia moderna.

Se à primeira vista, porém, a abundância dos temas tratados, o caráter regionalizado a que os novos estudos têm procurado se ater podem sugerir uma evolução um tanto fragmentada e desconectada a problemáticas gerais bem definidas, a reflexão mais rigorosa aponta que são nestas mesmas características que se localiza hoje o cerne de uma nova postura historiográfica frente ao problema histórico da escravidão. Não se busca aqui afirmar, como têm feito os mais pessimistas, que a historiografia da escravidão caminhe para a produção de uma história sem questões, perdida na especificidade dos fatos, tornando-se, assim, paulatinamente incapacitada de formular hipóteses pertinentes ao processo de formação da sociedade brasileira.

Trata-se de ressaltar que os esforços dos historiadores concentram-se, atual-

mente, na tarefa de produzir uma massa de conhecimentos básicos a respeito do papel desempenhado pela instituição escravista na construção da história brasileira, proporcionando a constituição de um panorama mais rico e variado do que dispúnhamos até a pouco, capaz de dar conta da diversidade da história da sociedade colonial e imperial. Se é verdade que se pode

vos e libertos entre outros — buscam os historiadores resgatar tanto o dinamismo inerente à instituição escravista que comportou, ao longo do tempo, arranjos sociais e econômicos bastante diversificados, quanto o papel desempenhado pelo elemento escravo na conformação desta dinâmica histórica.



diagnosticar em alguns dos trabalhos recentes certa propensão para a radicalização das posturas acima apontadas, estes podem ser tomados muito mais como desvios do que tendência predominante.

Dentre a diversidade de problemas que têm sido abordados pelos historiadores, duas questões parecem adquirir maior relevo. Refiro-me, em primeiro lugar, ao aprofundamento da problemática da autonomia escrava, entendida esta do modo mais amplo possível. Abordando diferentes temas, através de pontos de vista distintos — tais como dinâmica populacional, organização familiar e social, estratégias de resistência passiva e ativa, possibilidades de integração social e econômica de escla-

Em segundo lugar, instigantes questões têm sido formuladas pelos estudiosos a partir da constatação da permanente presença, ao longo do período colonial e imperial, de formações escravistas que vicejaram fora do mundo da *plantation*. Comportando padrões econômicos e arranjos sociais diferentes daquele tido como modelo de sociedade escravista, o estudo destas formações sociais tem demonstrado o caráter complexo e multifacetado da estrutura produtiva e da organização social conformadores da história do Brasil. Assim, o enfoque analítico de amplos setores sociais como os dedicados à agricultura de subsistência, ao comércio das tropas etc, que comportavam apenas uma baixa concentração de

mão-de-obra cativa, tem renovado conceitos preestabelecidos sobre as etapas do desenvolvimento brasileiro.

À medida em que avançam as novas pesquisas, os recortes temáticos têm se tornado mais precisos, as metodologias aplicadas mais rigorosas e as questões historiográficas mais aprofundadas, a atestar uma real evolução dos estudos relativos à escravidão. Pergunto-me, porém, se progressos que vêm sendo obtidos não conduzem a um desafio ainda maior, pois coloca-se para o futuro a necessidade de se elaborar novas sínteses da história da sociedade escravista capazes de integrar a complexidade do processo histórico brasileiro.